



+E

Entrevista
Carlos Lopes

Se queríamos uma ilustração da hipocrisia relativa a África, a pandemia forneceu-a”

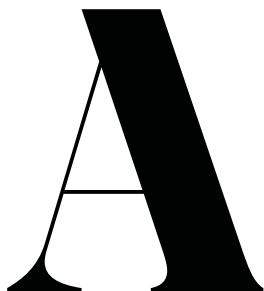
É a partir da Amazónia que o antigo braço-direito do secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan fala ao Expresso sobre um mundo em mudança. Uma longa conversa em que o economista guineense, coautor do livro “Mudança Estrutural em África”, aponta o caminho para o desenvolvimento sustentável daquele continente



POR CRISTINA PERES



FOTOGRAFIA DI DAVIDE BELLUCCA



cadeira de Introdução ao Pensamento, de Carlos Lopes, já completou um ano na Universidade de Bissau. É o tipo de reconhecimento que o economista guineense “esperaria vir a ter mais tarde” considerando-o “uma indicação do apetite dos jovens africanos” por conhecimento. alto-comissário da União Africana (UA) para as relações com a União Europeia (UE), foi braço-direito do secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan e secretário-executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África. É professor da Escola de Governação Pública Nelson Mandela da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul, onde vive, conselheiro de instituições, Presidentes e Governos e autor de extensa obra. O livro que escreveu há dois anos com o zimbabuense George Kararach “Mudança Estrutural em África” é lançado agora em tradução portuguesa. Trata das obsessões reflexivas fundamentais de uma das vozes globais com mais vitalidade na criação de pensamento sobre o continente do futuro: África, percepções deturpadas, novas narrativas e desenvolvimento no século XXI.

Num dos capítulos de “Mudança Estrutural em África” fala do entusiasmo temporário dos africanos com o bom desempenho económico do continente e os sintomas de declínio. Dois anos depois da pandemia, em plena inflação e perante a dificuldade de acesso de África aos cereais, não poria hoje a emergência climática em primeiro lugar?

É evidente que, nos últimos dois anos, assistimos a uma aceleração de alguns dos prognósticos que estão incluídos no livro. Será que os africanos devem mudar aquilo que deve ser a sua resposta? Acho que não. A resposta continua a ser olhar o continente como estando ainda dentro de uma espécie de armadilha colonial,

ser completamente dependente das exportações de matérias-primas sem transformação. E os fenómenos climáticos não mudam essa armadilha. Eles até podem oferecer algumas oportunidades que estão descritas no livro, como a industrialização verde, e como fazer uma transformação agrícola mais amiga do ambiente, mas não muda nada de essencial. Não se permitiu aos países africanos fazerem as transformações macroeconómicas necessárias para a sua transformação estrutural e a inflação mostra isso. Expõe os africanos mais do que os outros, porque têm menos instrumentos à sua disposição, nomeadamente em matéria de política monetária. A questão dos alimentos é mais uma vez uma demonstração de que não demos atenção suficiente à transformação agrícola que permitiria aumentar o rendimento por hectare em África e, sobretudo, poder fazê-lo com uma pegada de carbono menos significativa do que a dos grandes produtores do mundo. Temos a maior reserva de terras aráveis não utilizadas, temos uma utilização muito baixa da irrigação, etc. No essencial, não temos de mudar os prognósticos.

Qual é a sua opinião sobre a Revolução Verde defendida por Kofi Annan? Penso na exigência de velocidade das medidas tendo em conta o crescimento da população em África e a rapidez com que uma disrupção do mercado alimentar global afeta as populações africanas. Estou errada?

Não, não está errada, aliás não é por acaso que o meu símbolo fetiche é

a chita, porque nós temos de andar mais depressa do que o resto do mundo. Temos aqui uma espécie de fenómeno de *rattrapage*, um salto, que temos de dar para permitir chegarmos a um nível de estabilização da nossa estrutura económica correspondente ao nosso crescimento demográfico. Não podemos fazê-lo ao mesmo ritmo de até aqui, temos de recuperar um espaço e temos de fazê-lo de uma forma consentânea com o crescimento demográfico. Tenho algumas dúvidas em relação à transformação agrícola africana, através do modelo da revolução verde. Foi muito defendido pelo meu grande mentor e mestre Kofi Annan, ele esteve por trás da criação da AGRA (African Green Revolution Agency), e eu sei que há muitas críticas em relação à forma como a AGRA e as ideias da revolução verde têm sido aplicadas até aqui. Podemos olhar para o rendimento por hectare de uma forma absoluta, precisamos de produzir mais quilos de qualquer coisa e, nesse sentido, podemos fazê-lo com muitos fertilizantes, com a destruição do solo e do ecossistema económico que protege as populações mais vulneráveis. Ou podemos fazê-lo tendo em conta as dimensões de equidade e a proteção de uma determinada cultura económica. Sabemos que a grande fragilidade dos países do Sahel e do Corno de África tem muito a ver com a falta de adaptação dos pastoralistas ao modernismo económico, que acabam por ser marginalizados e ficam à mercê dos grupos jihadistas.

A comunicação sobre África passa da “Corrida para África” para a “África em Ascensão”, depois enterra-se esta percepção e volta a anterior. Defende que a percepção da fraqueza do continente e a falta de uma transformação estrutural mais aprofundada, combinadas, empurram o continente para o subdesenvolvimento. Como são feitas as escolhas do ponto de vista da União Africana, dos governos individuais e do seu ponto de vista?

Temos aqui dimensões continentais que são comuns ao conjunto de África e que incluem a África do Norte — paradoxalmente os organismos tratam-na sempre como se fosse uma entidade diferente do resto da África subsariana e eu acho que é uma herança de interpretação colonial ligada à ideia da África negra e da África branca. Estas questões continentais, como a dependência de matérias-primas, o facto de haver uma industrialização pouco desenvolvida que se mede através de valor acrescentado manufatureiro, e outras, são características que temos de conseguir discutir de uma forma continental e, por isso, a zona de comércio livre do continente é um ponto fulcral para poder discutir as questões económicas com mais peso e mais capacidade. Depois há muitas características nacionais que não podem senão ser resolvidas em dimensões nacionais ou sub-regionais. Mencionei uma, o facto de a zona do Sahel ter o problema da integração dos pastoralistas, e não é um problema só da Mauritânia ou do Mali, do Níger ou do Chade, é um problema desses países todos e não adianta fazer



As eleições em Angola não têm grande significado do ponto de vista das mudanças de regime. São contestadas mais nos *media* do que na rua”



“

É inconcebível que a Ucrânia tenha melhor classificação de notação do que países a crescer 3% e 4% ao ano em África”

tábua rasa do que poderiam ser intervenções regionais para esse conjunto de dilemas que são comuns. Como também não é possível pensar que o problema da dependência extrema do petróleo de um país como a Argélia tenha alguma coisa a ver com a Líbia, que tem também muita produção petrolífera, mas que tem características completamente diferentes do ponto de vista da estrutura económica. Há assuntos continentais, sub-regionais e nacionais e o que o livro tenta demonstrar é que nós temos de dar muita importância negocial às questões continentais, temos de entender o continente, e para tal temos de partir da premissa de que há narrativas e percepções que são completamente ultrapassadas, negativas, pessimistas e nós temos de corrigi-las.

São muitas conversas ao mesmo tempo. Quando fala de percepções deturpadas inclui as dos africanos?

Sim. O problema da descolonização das mentes, que foi equacionado por Amílcar Cabral e Frantz Fanon nos anos 50, e que foi teorizado por um grande cientista social africano que dá o nome à universidade de Dacar, Cheikh Anta Diop, reside no facto de as elites africanas não conseguirem libertar-se de um pensamento estruturalmente colonial. Este está muito ligado a um certo negativismo sobre elas próprias, sobre os seus países, realidades, cultura, etc. Quando dizemos que há um problema de percepções, um problema de narrativas, de relações entre a África e a Europa, historicamente as mais antigas, as relações estão marcadas por uma certa ideia colonial. É a ideia de que os países africanos têm uma vantagem comparativa, é uma teoria económica que vem lá dos primórdios da elaboração económica, com David Ricardo, que dizia que os portugueses deviam exportar vinho e importar produtos manufaturados da Inglaterra. É daí que se constrói a teoria das vantagens comparativas, e é um pouco essa reprodução à escala de um continente que diz que nós devemos produzir petróleo, diamantes, café, cacau e o que seja e importar coisas transformadas. Esta ideia, este espírito, está tão presente na mentalidade daqueles que avaliam África fora de África como está presente nas elites africanas. Porque elas consomem produtos de fora e desprezam a pouca produção nacional.

E a primeira coisa que fazem é pôr os filhos a estudar na Europa ou nos Estados Unidos.

Exatamente! É mais um indício do mesmo. Temos aqui um problema sério de percepções e narrativas dos dois lados.

Ainda existe uma geração ligada aos processos de descolonização, de que modo influencia ela as seguintes?

É uma geração muito marcada por uma ideia de pan-africanismo, que é uma ideologia dinâmica — a sua definição não é hoje a que era nos anos 50 — mas que prevalece e tem um estatuto quase intocável. A génese da ideologia é a construção por parte da diáspora africana dos anos 50 de que quer identificar-se com o continente, mas não tem uma localização geográfica, considera o continente mítico e aspiracional, como uma coisa única, um conjunto sem diferenciação. A partir dessa ideologia projeta-se politicamente a necessidade de libertar todo o continente, depois projeta-se a ideia de regionalizar todas as grandes características económicas, sociais e outras do continente. Essa ideologia é hoje mais económica e trata-se de integrar comercialmente o continente. O problema é que serve também de pretexto para as elites não fazerem mudanças nos seus países. Basta proclamar-se ser pan-africanista para poder ser o maior diabo a nível interno, porque já se tem uma legitimidade reconhecida a nível continental. Há muitos Presidentes que fazem grande pompa de serem não só protagonistas, mas até árbitros do que deve ser o pan-africanismo e depois vai ver-se quais são as políticas que esses regimes aplicam a nível interno e são degradantes, desrespeitosas dos princípios básicos de proteção social e baseadas numa exploração económica pior do que no tempo colonial em termos classistas. Isto tem de mudar.

África tem urânio, hidrogénio verde, energia solar, gás, uma grande oportunidade de desenvolver energias do

futuro. Se pensarmos que o financiamento climático terá de ser brutal para a mitigação e adaptação, do que depende o desenvolvimento destas indústrias energéticas?

Depende de fazer aquilo a que os economistas chamam transformação estrutural, um conceito muito experimentado durante o período da ascensão da Ásia do Sudeste, da China, e que agora está no centro da discussão em África. Enquanto economista, defendo que existem três ingredientes para fazer uma transformação estrutural bem-sucedida em África. É preciso ter ambição, porque os países têm de ter políticas que respondam às três megatendências — demográfica, climática e tecnológica. Se não tiverem esse nível de ambição vão ter sistemas de governação e planificação muito baseados no curto prazo que não correspondem à evolução tão rápida do planeta nesses três domínios. Só os países que percebem estas dinâmicas estão equipados para fazer transformação estrutural. O segundo ingrediente é ter uma coordenação de políticas extremamente avançada. Ter uma coordenação baseada no somatório de políticas setoriais não serve. É preciso que todos os agentes da administração pública, os agentes económicos, o sector privado, etc. estejam de facto a trabalhar para os tópicos nacionais e possam conceber as suas políticas em função deles. O terceiro ingrediente é que nós temos hoje uma dependência muito grande das instituições. É preciso criar instituições perenes que tenham estofos para resistir às mudanças dos ciclos políticos. Há países com grande estabilidade como as Maurícias, o Botsuana, a Namíbia, as Seicheles, mas os países que são os motores da economia africana, que são a Nigéria, o Egito e a África do Sul, têm políticas que são muito disruptivas. A África do Sul tem o mesmo partido no poder desde o fim do *apartheid*, mas a cada ciclo eleitoral, e apesar de ser o ANC, há disruptões enormes.

Eleições em Angola e no Quênia, ambos países importantes para cada uma das sub-regiões a que pertencem. Como vê os ciclos políticos nestes dois países que acabaram de votar nas gerais?

São casos interessantes, no Quênia temos tradição de eleições violentas, mas temos instituições perenes, muito bem estruturadas. O sistema educativo do Quênia é considerado pela UNESCO o melhor de África, há uma certa perenidade, as fricções provocadas pelas eleições acabam diluídas pelas outras características que o Quênia tem. É um país com grande capacidade de visão estratégica, gere bem as megatendências, não tem todos os ingredientes, mas o Quênia está a operar uma transformação estrutural. E parte explica-se pelo facto de o Quênia não ser muito rico em produtos naturais com exceção do chá, de que é o segundo maior exportador mundial. Já em Angola temos o oposto, as eleições não têm grande grande significado do ponto de vista das mudanças de regime, são eleições que são muito contestadas mais nos *media* do que propriamente na rua, e temos instituições muito frágeis e uma grande dependência do modelo de exportação de matérias-primas sem transformação, o caso do petróleo e de outros recursos naturais de Angola, que é um país muito rico. Acaba por se explicar a falta de transformação estrutural. Fala-se sempre que é preciso industrializar Angola, diversificar a economia, etc., mas muito pouco acontece. Fala-se muito da política económica do Presidente João Lourenço, mas quando se vai ver nos pormenores é mais a aplicação das regras do FMI. Nada mudou na estrutura económica do país. As alterações a decorrer das eleições angolanas não serão ao ponto de criar disruptões políticas. Mas gostaria muito que introduzissem disruptão económica e fizessem as transformações necessárias. No Quênia, eu diria

o contrário: gostaria muito que não houvesse disrupção económica, mas que houvesse disrupções políticas no sentido de o sistema político ser mais flexível e menos turbulento e tenso.

Em que ponto está a promessa de financiamento climático, a ser entregue pelas economias desenvolvidas às suas congéneres em desenvolvimento no período de 2020-2025?

Nós temos a agenda das Nações Unidas 2030, estamos em 2022, faltam oito anos. Quando foi lançada, em 2016, provocou nas instituições financeiras internacionais capitaneadas pelo Banco Mundial um documento com o título 'Dos biliões aos triliões'. Era uma espécie de declaração que dizia que, para aplicar essa agenda, precisávamos de aumentar o nível de apoio e de acesso financeiro de capital aos países mais vulneráveis. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Agora sabemos pela OCDE que houve um decréscimo, em termos relativos, da ajuda ao desenvolvimento desde essa altura. Diz-se que tal instituição está ao nível recorde de desembolsos de projetos ou de ajuda, mas esquecem-se dois pormenores: contabiliza-se em dólares mas no valor de custo do ano em que se prometeu, em 2016. E o segundo aspeto é que os países mais vulneráveis estão quase todos em África, onde a população aumentou consideravelmente. Esse aumento provocou mais consumo interno, este aumentou o PIB e, portanto, em termos relativos quer o PIB quer o PIB *per capita* diminuíram consideravelmente. Temos menos ajuda ao desenvolvimento do que tínhamos antes das promessas. As promessas só fizeram foi diminuir a ajuda. Isto viu-se durante a pandemia, está a ver-se agora com a inflação, e nos acessos dos países africanos aos alimentos, pode ver-se no financiamento climático. Há várias promessas de financiamento climático que não foram cumpridas e as pessoas podem interrogar-se, porque acham que todas as semanas há uma iniciativa qualquer de apoio aos países africanos. A resposta é simples, é sempre o mesmo dinheiro reciclado.

Não serão as temperaturas inéditas, acima de 40 graus neste verão na Europa, eficazes a despertar consciências no mundo rico? A quem cabe a ação climática?

Tenho um pensamento dividido. Por um lado, temos os fenómenos climáticos extremos que estão a alertar as

populações para as mudanças climáticas, mais do que todos os relatórios juntos. Por exemplo, neste momento estou na Amazónia e neste arquipélago a dieta alimentar é baseada em camarão de rio, do Amazonas. Desde que aqui cheguei há uma semana é um problema sério conseguir arranjar camarão. As pessoas interrogam-se onde foi ele parar e ele está a responder às mudanças climáticas refugiando-se onde pode sobreviver. Quando estive na Europa, havia temperaturas em vários lugares superiores a 40 graus, criando problemas sérios de incêndios, seca, etc. São fenómenos a que África já está acostumada porque quando se fala da necessidade de reduzir a temperatura média do planeta em 1,5° é uma média. Em África já temos um aumento de temperatura médio superior a quatro graus centígrados. As cheias no rio Zambeze, em Moçambique, costumavam acontecer a cada dez anos, depois passou para cinco, no ano passado houve dois ciclos de cheias. Eu já não vejo muita resistência no abraçar da questão climática, vejo resistência nas políticas. Por outro lado, daí estar dividido, eu tenho consciência de que não só em relação à questão climática, mas em relação a todas as questões, e dou o exemplo da taxaça das grandes multinacionais das tecnologias, há uma elite que está à frente de todas as propostas e essa elite descolou da realidade. Pensam que quando proclamam um determinado objetivo que o problema está equacionado e que depois o trabalho é para os outros fazerem. Acabamos por ter uma desconfiança global que acompanha as proclamações globais: as pessoas não acreditam porque se promete e não acontece.

O que se aprendeu com a pandemia e a Covax? Vão produzir-se vacinas em África?

Os africanos foram muito claros no debate da Covax, dispuseram-se desde o início a comprar vacinas. Foi montado um dispositivo para as licitações comuns dos países africanos com as farmacêuticas, mas ficaram no fim da fila. As farmacêuticas não queriam vender-lhes, mesmo depois dos pagamentos feitos. As vacinas só foram entregues a seguir às entregas a outros países que compraram mais do que precisavam. Quiseram evitar que os africanos entrassem na fila das compras! Nesta hipocrisia entra também a China que disse que enviaria mil milhões de vacinas para África, e ainda estamos a

espera. O que isto nos ensinou foi que os africanos precisam de resolver os seus problemas de forma estrutural. Os africanos pediram que se montasse a capacidade de fabricar as vacinas e que se suspendessem os direitos de propriedade intelectual relacionados com a investigação que produziu as vacinas, tudo isto foi recusado até agora. Quando as fábricas estiverem montadas acaba o acesso global dos africanos às patentes. Se nós precisássemos de uma ilustração da hipocrisia a pandemia ofereceu-a.

O mercado interno africano seria por si uma forma de viabilização de grandes projetos de investimento, como na área dos recursos energéticos?

Existem dois projetos de gasoduto e eu acho que os dois têm futuro. O projeto transariano em que o gás sai da Argélia e da Nigéria passando a parte da Nigéria através do Sara, e o projeto marroquino de fazer uma conexão costeira, Marrocos não tem gás, mas precisa de gás, potenciando a conexão com a Nigéria através dos fosfatos, porque são dois grandes produtores de fosfatos. Vai ser uma questão de velocidade, ambos têm capacidade de aliviar a Europa, ambos têm gasodutos em direção à Europa. Mas o fundamental é poder utilizar o gás africano, como os potenciais usos do hidrogénio e das energias renováveis africanas para a eletrificação e industrialização de África. Para isso precisamos de uma transformação da noção de risco porque a África tem sempre um preço de risco muito elevado que não corresponde à realidade. Não é concebível que o continente que até à pandemia mais crescia não tenha um único país fora da categoria de lixo do ponto de vista das notações. É inconcebível que um país como a Ucrânia, com os problemas que está a viver, tenha melhor classificação de notação do que países que estão a crescer 3% e 4% ao ano em África.

Cooperação para a paz e segurança com a UE já teve melhores dias, há terrorismo no Sahel, mercenários em Cabo Delgado... Aponta a marginalização económica das zonas em conflito, como combater isto?

Há uma luta de influências em África. Para mim, ela não se limita ao Ocidente e à Rússia, tem muitos protagonistas, como a China, os países que querem ter um protagonismo político baseado no islão, incluindo os países do Golfo e a Turquia. A Índia, país que tem tradicionalmente laços comerciais

muito fortes com a África oriental. Há uma proliferação de atores que estão a utilizar África como *proxy*, que se dão conta de que África é o futuro por razões demográficas, por uma questão de mercado, e, por isso, todos se estão a posicionar. Nesse posicionamento há uma indústria de informação e inteligência militar que faz com que toda a gente saiba um pouco da história, mas ninguém quer contá-la ao parceiro para não beneficiar o seu inimigo. No meio disto há Estados muito frágeis do ponto de vista militar e da governação. A doutrina da ONU da manutenção de paz está ultrapassada e não produz resultados. Os casos mais evidentes são as intervenções no Sudão, na Líbia e na República Democrática do Congo (RDC), onde existe uma força desde a independência em 1963, uma coisa absurda!

A revolta da população em Goma, RDC, está a responder a esse absurdo.

A população vai começar a atacar as forças da ONU. Todas as forças jihadistas estão a alimentar-se destas contradições, do facto de não haver transformação económica suficiente para que as pessoas tenham algo a perder. O que se tem a perder numa aldeia remota do Sahel? Nada! As pessoas viviam da pastorícia, que não tem futuro.

Inscreve-se nisso a visita do Presidente francês Macron, do secretário de Estado norte-americano Blinken e do chefe da diplomacia russa Lavrov a África?

O protagonismo dos africanos a nível internacional continua tímido, mas está mais forte do que há dez anos. Basta ver as proclamações dos Presidentes africanos e as decisões da UA, para se dar conta de que há um protagonismo novo, os africanos batem mais com a mão na mesa. Estando a caminho, como estamos, de um mundo mais polarizado, todos os votos contam. É preciso ir para África ver quantos votos se mobilizam nas instâncias internacionais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. No fundo é isso que faz o Macron, o Blinken, o Lavrov, a caça ao voto. Os dirigentes africanos mais corajosos batem o pé com mais força. Os países mais fracos e pequenos ficam felizes de ter o reconhecimento internacional e fingem que estão do lado de quem for para tirar vantagens de curto prazo. É um jogo cínico. ●

cperes@expressoimprensa.pt